

CARTA DE RIO GRANDE<sup>1</sup>**Carta de Rio Grande**

*Escrita por um fórum  
com representantes das  
7 regiões museológicas  
do RS e de 12 estados do  
Brasil*

**Documento de encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus, promovido pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul em 2002****Por uma política pública de inclusão social e democrática para construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro.**

Na expectativa de renovação dos governos estaduais e federal, em momento eleitoral tão importante, abre-se a perspectiva do debate sobre a implantação de políticas culturais amplas em todo o país, que possibilitem discutir o setor museológico. Nossas instituições de memória, que deveriam ocupar papel estratégico nas políticas culturais, têm buscado garantir a conservação do patrimônio cultural nacional, mesmo sem políticas definidas, sobrevivendo com seus próprios meios ou com os poucos recursos destinados pelo setor público.

Compreendemos que é urgente a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural que valorize a cultura nacional e promova a percepção das diversas identidades culturais existentes no país. Consideramos que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que, portanto, as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do

reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.

Neste sentido durante a assembléia do dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus), no encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus (realizado de 13 a 18 de maio de 2002), na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, foi aprovada, por todos os cerca de 200 participantes com representações de 12 estados - entidades em nível nacional, estadual e municipal, trabalhadores de museus, representantes de instituições museológicas, técnicos da área do patrimônio e estudantes - a **Carta de Rio Grande**, documento que visa propor aos candidatos a governador dos diversos estados e aos candidatos a presidente a necessária implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estaduais e federal:

### **1. Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus**

1.1 Estabelecimento de políticas na área de patrimônio cultural e museus que visem à democratização do acesso aos bens culturais nacionais e estaduais, buscando a consolidação das políticas públicas no resgate da memória e das identidades locais;

1.2 Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo que estes tem valor estratégico nacional na afirmação das diversas identidades regionais;

1.3 Respeito a diversidade cultural do povo brasileiro frente aos processos de homogeneização decorrentes da globalização;

1.4 Ampliação e garantia do acesso público ao patrimônio cultural nacional, regional e municipal frente a subordinação das políticas públicas, às exigências de auto-sustentabilidade do patrimônio cultural e aos processos de apropriação privada das referências da cultura nacional;

1.5 Reconhecimento dos direitos das comunidade organizadas de participar, em conjunto com os técnicos de patrimônio, dos processos de tombamento (discussão, aplicação, fiscalização) e definição do patrimônio a ser preservado.

### **2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico**

2.1 Política de reestruturação do setor com a retomada do Sistema Nacional de Museus e dos respectivos Sistemas Estaduais;

2.2 Revitalização do Programa Nacional de Museus;

2.3 Criação de uma legislação que oriente a atuação dos museus em todo o país;

2.4 Criação do Cadastro Nacional dos Museus, visando registrar a realidade das mais de 2.000 instituições existentes no país;

2.5 Integração de todas as instâncias governamentais à gestão do patrimônio cultural, que passariam a ter responsabilidades pela preservação de nossos bens culturais.

### **3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais**

3.1 Criação de políticas de apoio a informatização dos museus brasileiros;

3.2 Apoio ao processo de digitalização de informações de caráter científico e museológico existentes nos museus brasileiros;

3.3 Apoio a criação de redes virtuais de informação entre os museus brasileiros, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento.

### **4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais**

4.1 Criação do Fundo de Apoio ao Patrimônio Cultural e museus em nível federal e nos estados;

4.2 Criação de programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq e CAPES e Fundação de Amparo à Pesquisa nos estados;

4.3 Criação de políticas de apoio e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais e estaduais, bem como de seus acervos;

4.4 Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas de poder público e iniciativa privada, possuidores de bens culturais, com base em critérios técnicos relativos à preservação do patrimônio cultural;

### **5. Política de Capacitação e Formação**

5.1 Criação de Programas de Capacitação para técnicos do setor, com a ampliação da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus;

5.2 Inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares;

5.3 Apoio a realização de seminários e congressos para divulgação da produção científica e de outros fóruns de discussão;

5.4 Criação de políticas de apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial na área da museologia.

### **6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais**

6.1 Criação de políticas de aquisição, documentação, pesquisa e conservação dos acervos nos níveis estaduais e nacional;

6.2 Regulamentação do uso do espaço público a fim de melhor ser utilizado pela iniciativa privada;

6.3 Estabelecimento de política de regramento em relação a comercialização dos acervos e coleções privadas de forma a impedir as transferências ou vendas destes que já pertencem a história de uma comunidade.

## Notas

- [1] Documento publicado no Relatório de Gestão do Sistema Estadual de Museus/RS. Estado da Participação Popular . Período de 1999 a 2002, pg. 14.